

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web ( <a href="https://www.folhabv.com.br">https://www.folhabv.com.br</a> )	Boa Vista	Política	31/01/2018

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

**FOLHA**  
DE BOA VISTA

COLUMNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

EM BRASÍLIA

## Senadores discutem Linhão de Tucuruí e pautas do Estado

Por [Paola Carvalho](#)

Em 31/01/2019 às 00:50



Para os senadores, união é um marco na história do Estado e quebra paradigma de legislaturas anteriores (Foto: Ascom/Telmário Mota)

Os senadores eleitos Chico Rodrigues (DEM), Mecias de Jesus (PRB) e Telmário Mota (PTB) se reuniram ontem, 30, para discutir as principais pautas do Estado, entre elas, a questão da distribuição de energia elétrica em Roraima. A reunião aconteceu no gabinete de Mota, em Brasília.

Conforme os parlamentares, a primeira reunião procurou debater os principais problemas de Roraima e quais serão as ações dos parlamentares em defesa do Estado.

O senador Chico Rodrigues explicou que a questão do Linhão de Tucuruí foi o principal item discutido durante a reunião.

"É extremamente necessário abordamos a ligação do Estado ao sistema nacional e garantir uma segurança energética para a população e possíveis investidores", citou.

Outros itens abordados foram a regularização fundiária, o fluxo migratório de venezuelanos, saúde, educação, segurança pública, meio ambiente e também enquadramento dos servidores.

Rodrigues citou que a reunião representa um momento nunca antes vivido pelo Estado, no caso, de um trabalho em parceria entre os senadores.

"Eu entendo que os três senadores têm que trabalhar de uma forma coesa até porque nunca houve esta unidade. Esperamos que isso quebre o paradigma das legislaturas anteriores. Somos representantes de Roraima e não do nosso interesse, de forma individual", salientou Rodrigues.

Mecias acrescentou que o objetivo é trabalhar independentemente de blocos, de partidos políticos ou de segmentos.

"Nós temos uma obrigação, que é o Estado. A nossa união, nossa participação, serviu já para discutir ações de como nós vamos agir junto ao governo federal para melhorar a vida das pessoas de Roraima", salientou.

À **Folha**, Telmário Mota informou que os senadores vão procurar apoiar os projetos um do outro e votar unidos em pautas nacionais, conforme o interesse da população do Estado.

"Os três senadores devem se sentar em breve com o governo do Estado para auxiliar o Poder Executivo no que for necessário. Vamos trabalhar integrados, votando nos projetos de cada um, unidos, com decisões alinhadas", completou o senador. (P.C.)

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Senadores-discutem-Linhao-de-Tucurui-e-pautas-do-Estado/49310>

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web ( <a href="https://www.folhabv.com.br">https://www.folhabv.com.br</a> )	Boa Vista	Política	31/01/2018

Roa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

encontre na folhabv.com.br

**FOLHA**  
DE BOA VISTA

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

## PRECAUÇÃO

# Ministério prepara plano para eventual suspensão de energia

Por [Folha Web](#)

Em 31/01/2019 às 00:40



Termelétricas que já atendem Boa Vista e outras localidades de Roraima poderão substituir a energia importada da Venezuela (Foto: Arquivo/Folha BV)

O Ministério de Minas e Energia (MME) discute um plano de contingência para atendimento a Roraima, caso ocorra a suspensão do suprimento de energia da Venezuela para o Estado. A alternativa já testada no ano passado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico é o uso de usinas do parque térmico local, que atendem parte da demanda de Boa Vista.

O plano para substituir a importação de energia do país vizinho foi discutido pelo secretário de Energia Elétrica, Ricardo Cyrino, em reunião com o governador de Roraima, Antonio Denarium; o diretor-presidente da Roraima Energia, Orsine Oliveira; e os diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica André Pepitone e Efrain Cruz. O encontro aconteceu na manhã de ontem, 30, no MME.

"Seria o abastecimento *full* em sistema isolado por parte do Brasil", explicou Cruz. O diretor da Aneel reconheceu que o acionamento pleno das termelétricas no Estado aumenta o custo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que terá esse ano despesas de mais de R\$ 20 bilhões. Lembrou, no entanto, que o governo já trabalha com uma solução que vai contribuir para a redução dos subsídios da CDE, que é a contratação de energia de fontes renováveis.

O MME abriu consulta pública com as diretrizes do leilão para atendimento a Boa Vista e localidades conectadas. O certame previsto para 16 de maio vai negociar contratos com início de suprimento em 1º de janeiro de 2021. O edital com as regras terá de ser aprovado pela agência reguladora.

Parte das térmicas do sistema de Boa Vista pertence ao Grupo Oliveira, que arrematou a distribuidora de energia de Roraima em leilão no ano passado, em parceria com a empresa Atem.

**TESTES** - A instabilidade no suprimento de energia elétrica provocada pelo agravamento da crise na Venezuela levou o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico a autorizar a realização de testes no parque térmico da Boa Vista no ano passado. As usinas foram acionadas de 16 a 25 de setembro para atendimento à carga total e evitaram os frequentes blecautes na cidade nesse período.

Além de coordenar os testes, o Operador Nacional do Sistema Elétrico também implantou o Esquema Regional de Alívio de Carga, que permite à distribuidora local desligar parte da carga gerada para regularizar a frequência e evitar a propagação de eventuais apagões.

**\*Com informações do canalenergia.com.br**

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Ministerio-prepara-plano-para-eventual-suspensao-de-energia/49307>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web ( <a href="https://www.folhabv.com.br">https://www.folhabv.com.br</a> )	Boa Vista	Política	31/01/2018

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

**FOLHA**  
DE BOA VISTA

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

## DEPUTADOS FEDERAIS

# Joênia Wapichana lutará por garantia de direitos indígenas

Deputada explica que também vai batalhar pelo desenvolvimento sustentável do Estado e pela valorização da diversidade cultural de Roraima

Por [Paola Carvalho](#)

Em 31/01/2019 às 00:45



Já em âmbito nacional, Joênia quer atuar também na defesa das questões socioambientais e dos direitos das mulheres (Foto: Nilzete Franco/Folha BV)

Mesmo sem ainda ter assumido o mandato em Brasília, Joênia Wapichana (Rede) já fez história na legislatura nacional por se tornar a primeira indígena eleita deputada federal no Brasil. A expectativa é que a pauta levantada na campanha continue nos seus primeiros momentos como parlamentar: na luta pelos direitos dos povos indígenas.

Ontem, 30, a deputada federal informou à **Folha** que durante a campanha foram trabalhadas três principais linhas de atuação para o seu mandato: garantia dos direitos coletivos indígenas; a sustentabilidade das comunidades indígenas, por meio do apoio à gestão ambiental e territorial das terras indígenas de Roraima e o desenvolvimento sustentável do Estado. Já em âmbito nacional, atuará também na defesa das questões socioambientais e dos direitos das mulheres.

“As comunidades indígenas têm elaborado os planos de gestão das terras em que vivem. Esses planos são instrumentos utilizados para definir as prioridades em todas as áreas, inclusive saúde e educação, e servem de diálogo com os poderes municipais, estaduais e federais”, explica Joênia. “Eu vou assim utilizar estas demandas e propostas para servir de base para ver como as políticas públicas podem atendê-las”, completa a deputada.

Sendo uma representante indígena no Congresso Nacional, como há muito tempo não ocorria, Joênia afirma que também deverá acompanhar de perto todas as proposições legislativas que sejam de interesse de Roraima e o bom uso dos recursos públicos.

“Eu vou trabalhar de forma participativa e atuar como facilitadora de diálogos em favor de propostas que visem à melhoria da qualidade de vida do povo roraimense, considerando o nosso potencial em termos de sustentabilidade ambiental, a nossa diversidade cultural e a contribuição que os povos indígenas têm para Roraima, para a Amazônia e para o Brasil”, destacou.

### **Potencial solar e eólico será foco de Joênia em Brasília**

Em termos de desenvolvimento do Estado, a deputada explica que sua atuação será em favor da sustentabilidade. Por exemplo, na questão energética, Joênia afirma que o Estado tem um grande potencial solar e eólico, apontado pelo próprio Ministério de Minas Energia.

Considerando que se pode aproveitar o fato de Roraima estar na linha equatorial e o grande potencial eólico de certas áreas, Joênia frisa que terá uma posição crítica com relação a barrar o Rio Branco para gerar energia, por achar que a medida causará grande impacto social e ambiental.

A deputada acrescenta que também apoiará a realização da consulta prévia, livre e informada, para o caso de ações que impactam os povos indígenas, como a construção do linhão pela terra Waimiri-Atroari.

“Precisamos ser escutados porque temos muito como contribuir com o desenvolvimento do nosso Estado, não acatando tudo que vem de empresas e de políticos que defendem interesses de grupos econômicos ou individuais, mas sim representando os povos indígenas e todos aqueles que acreditam numa sociedade mais justa e igualitária”, completou.

### **Joênia quer criar lei para considerar rompimento de barragens crime hediondo**

Uma das bandeiras de Joênia será a preservação do meio ambiente, citando inclusive a recente tragédia ocorrida em Brumadinho (MG), onde a barragem da empresa Vale se rompeu e resultou em um desastre ambiental com quase cem mortes confirmadas até o momento.

A apreensão, segundo Joênia, é por conta da falta de preocupação de empresas muito conhecidas que não demonstram respeito pela vida humana e pelo ambiente, além do baixo poder de fiscalização dos estados e do governo federal.

Por esse motivo, a deputada informou que vai propor projeto de lei para que rompimentos de barragens, como o ocorrido em Brumadinho, sejam considerados crime hediondo.

“Nos preocupa a política governamental de enfraquecer ainda mais os mecanismos criados para defender o meio ambiente saudável, previsto em nossa Constituição, e os impactos sociais, como, por exemplo, o licenciamento ambiental, diante da falta de responsabilidade das empresas e do baixo poder de fiscalização do Estado”.

A deputada explica que vai atuar nas propostas que tratam da mineração em terras indígenas, já que o povo Yanomami é enfático ao dizer que não quer esse tipo de ação em suas reservas; e nas tramitações de propostas já existentes na Câmara dos Deputados, como a Medida Provisória (MP) nº 870, que modifica a administração pública.

“A MP desmantela a Fundação Nacional do Índio [Funai], passando suas atribuições para outros órgãos como a demarcação das terras para o Ministério da Agricultura. É uma ação que claramente visa enfraquecer o órgão em detrimento dos direitos indígenas”, afirmou.

Por fim, Joênia frisou que a expectativa é ter um mandato que reflita a participação da sua base, composta principalmente pelos povos indígenas de Roraima, e também as preocupações do movimento indígena no Brasil.

“Eu me disponho a contribuir para mudar a imagem dos povos indígenas no sentido de aumentar o reconhecimento da importância dos nossos direitos e combater a intolerância e a violência”, finalizou.

**ESPECIAL** – Para melhor informar a população, a **Folha de Boa Vista** iniciou uma série de reportagens especiais com todos os deputados federais eleitos e reeleitos. O objetivo é esclarecer aos leitores quais os focos no primeiro semestre do mandato que se inicia no dia 1º de fevereiro.

Até o momento, a reportagem já apresentou os planos de Joênia, Nicoletti (PSL), Édio Lopes (PR), Shéridan (PSDB), Haroldo Cathedral (PSD), Jhonatan de Jesus (PRB) e Hiran Gonçalves (PP). A população poderá conferir ainda os planos do deputado federal eleito Otaci (SD). (P.C.)

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Joenia-Wapichana-lutara-por-garantia-de-direitos-indigenas/49308>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web ( <a href="https://www.folhabv.com.br">https://www.folhabv.com.br</a> )	Boa Vista	Política	31/01/2018



## SIMPLES NACIONAL

# Prazo para adesão à tributação simplificada termina hoje

Empresas precisam optar pelo recolhimento de tributos por meio deste modelo, cujo objetivo é facilitar a arrecadação, cobrança e fiscalização de impostos

Por [João Barros](#)

Em 31/01/2019 às 00:25



O delegado da Receita Federal em Roraima, Omar Rubim, alertou sobre o prazo e dívidas das empresas  
(Foto: Nilzete Franco/Folha BV)

O Simples Nacional, nome de fantasia dado ao sistema de tributação simplificada criado em 1996 através de medida provisória e convertida na Lei nº 9.317/1996 pelo governo federal, tem prazo para adesão. Todos os anos, no dia 31 de janeiro, as empresas precisam optar pelo recolhimento de tributos por meio deste modelo, cujo objetivo é facilitar a arrecadação, cobrança e fiscalização de impostos de forma compartilhada.

A adesão ao Simples Nacional pode ocorrer no momento em que a empresa é constituída e, se ela se enquadrar nas condições preestabelecidas para fazer parte do sistema, é automaticamente incluída. As empresas de pequeno porte, que eram optantes do lucro presumido, outro meio de recolhimento de tributos e, que escolheram o sistema simplificado, precisam fazer o cadastro, que tem validade de um ano.

O delegado da Receita Federal em Roraima, Omar Rubim, destacou que entre os critérios para aderir ao sistema, é necessário ser uma empresa de pequeno porte e ter faturamento anual inferior a R\$ 4,6 milhões. Já o microempreendedor está incluído no sistema de forma automática.

O sistema estará disponível para acesso até as 23h (horário local) desta quinta-feira, mas Rubim faz um alerta aos usuários sobre a importância de aproveitar o horário de funcionamento dos bancos para quitar qualquer pendência com a Receita.

“Para que o contribuinte possa optar pelo Simples Nacional ou ser mantido no sistema, tem que estar em dia com a Receita Federal. Se ele tem dívida, tem que aproveitar o horário bancário para quitá-la. Se o sistema detectar que ele tem dívida, não vai ser aceita a adesão. A opção de acessar o sistema até as 23h só serve para quem está quite. Quem já é optante não precisa fazer a adesão pelo fato de a renovação ser automática, desde que não tenha dívida junto à Receita Federal”, enfatizou Rubim.

Conforme o delegado, a orientação básica é que quem tenha dívida, precisa regularizar até hoje, caso contrário, será excluído do sistema. Quem não opta pelo Simples, acaba sendo tributado pelo lucro real ou pelo presumido, também gerenciados pela Receita Federal.

“A vantagem do Simples é que ele recolhe em um único DARF [Documento de Arrecadação Federal] o PIS [Programa de Integração Social], Cofins [Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social], Imposto de Renda da Receita Federal [IPRF], Contribuição Social sobre o Lucro Líquido [CSLL]. Se for empresa de revenda de mercadorias, quita o ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] ou o Imposto Sobre Serviço [ISS], que é municipal, e mais a Guia da Previdência Social [GPS] que é a contribuição previdenciária, então são seis tributos que, se o empresário não opta pelo Simples, tem que recolher uma guia para cada um”, explicou Omar Rubim.

Dos seis tributos, cinco são administrados pela Receita Federal e um deles é gerenciado pelos Estados ou municípios. Neste caso, a Receita arrecada e repassa para os entes da Federação.

“Então, ao invés de fazer seis cálculos, faz apenas um e fica quite com seis obrigações que teria de resolver individualmente. Ele simplifica, facilita a apuração e o próprio controle do proprietário do negócio que muitas vezes não sabe exatamente o que está pagando de tributo”, esclareceu Rubim.

Além disso, a empresa não pode ter débitos com qualquer ente federado, condição que impossibilita optar pelo sistema que faz uma varredura dos dados de todos os contribuintes, captura as dívidas e exclui a empresa do Simples Nacional. Quem preferir fazer o cancelamento da adesão, também pode entrar no site e solicitar.

O delegado explicou que desde setembro do ano passado a Receita notifica as empresas, informando-as para recolher o tributo, para ser efetivada no sistema, inclusive sobre a exclusão e a possibilidade de restabelecimento. A notificação se dá por e-mail, por edital eletrônico, no portal do Simples Nacional. (J.B)

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Prazo-para-adesao-a-tributacao-simplificada-termina- hoje/49300>

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Roraima em Foco ( <a href="https://roraimaemfoco.com">https://roraimaemfoco.com</a> )	Boa Vista	Política	31/01/2018



## DEPUTADO ODILON FILHO PRIORIZARÁ A RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS E VICINAIS

- [Política](#) Publicado em 30 de janeiro de 2019



*Segundo o parlamentar, as condições da malha viária são fundamentais para escoar a produção da agricultura familiar e fomentar a economia - Foto: SupCom ALE-RR*

Residir no interior do Estado, mais próximo à área rural, incentivou o deputado Odilon Filho (PATRI) a priorizar a recuperação e manutenção de rodovias e vicinais dos municípios neste segundo mandato. O parlamentar mora em Caracarái, a 170 quilômetros de Boa Vista, de onde já foi prefeito.

O parlamentar afirma que a bandeira dele é atender ao homem do campo, para onde destina a maior parte das emendas parlamentares individuais. "Como entre os 24 parlamentares sou o único que mora no interior, conheço os avanços e as dificuldades dos municípios. As condições das

estradas e vicinais fazem os produtores pararem de produzir porque não têm como escoar a produção deles”, justificou.

Ele ressalta que a agricultura, base da economia dos municípios do interior, foi deixada em segundo plano, motivando o êxodo rural. “A agricultura está largada e os produtores estão saindo de suas propriedades por falta de condições, principalmente de acesso. Temos que nos unir e destinar mais recursos para a recuperação das estradas e vicinais”.

Odilon reconhece que fora da capital existem outras áreas que também carecem do olhar dos parlamentares. “Os municípios do Interior estão problemáticos. Não funcionam também a educação e a saúde. É o nosso dever e obrigação fiscalizar a boa aplicação dos recursos. O país está em crise, mas Roraima recebe um volume de recursos considerável, faltou uma boa aplicação desses recursos nas áreas certas e de forma correta”, avaliou.

Casado e pai de duas filhas, Odilon foi reeleito com 4.523 votos para o biênio 2019-2020, quando fará parte da Mesa Diretora como terceiro vice-presidente do Poder Legislativo. De 2015 a 2018 o parlamentar compôs as seguintes comissões permanentes: de Administração, Serviços Públicos e Previdência; de Defesa do Consumidor e Contribuinte; de Relações Fronteiriças, Mercosul, de Ciências, Inovação e Comunicação; e presidiu a Comissão de Ética Parlamentar.

*Marilena Freitas*

<https://roraimaemfoco.com/deputado-odilon-filho-priorizara-a-recuperacao-de-rodovias-e-vicinais/>

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Roraima em Foco ( <a href="https://roraimaemfoco.com">https://roraimaemfoco.com</a> )	Boa Vista	Política	31/01/2018



## CORONEL CHAGAS AFIRMA QUE PRIORIZARÁ SEGURANÇA, EDUCAÇÃO E A DEFESA DO CONSUMIDOR



*Deputado também defende o incentivo à produção de grãos e a criação de animais - Foto: SupCom ALE-RR*

Em seu terceiro mandato, o deputado Coronel Chagas afirma que continuará priorizando as áreas de Segurança Pública, Educação e Defesa do Consumidor. Ele também defende o incentivo à agropecuária, mais especificamente a produção de grãos e a criação de animais.

“É um momento de todos nós pensarmos em Roraima, nos grandes problemas, na questão fundiária, energética, das estradas e vicinais. É hora de deixarmos de lado a bandeira política e darmos as mãos”, afirmou Chagas.

Ele ressaltou que o grande entrave para o desenvolvimento do Estado é sistema energético, que é isolado e precisa se interligar ao nacional, além da insegurança jurídica das terras, o que impede os produtores rurais de pleitear créditos para subsidiarem as produções.

De 2015 a 2018, Coronel Chagas foi vice-presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, período em que elaborou os projetos que criaram o Colégio Militar e o Procon Assembleia. Criou a Comissão Especial Externa para tratar sobre a fiscalização eletrônica de trânsito em Boa Vista e fez parte das seguintes comissões permanentes: Administração, Serviços Públicos e Previdência; de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário; Tomada de Contas; Constituição, Justiça e Redação Final; além de presidir a Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle.

Ele é Oficial da Polícia Militar de Roraima, pós-graduado em Administração Policial Militar, em Segurança Pública e especializado em Gerenciamento de Crises e Polícia Comunitária.

*Marilena Freitas*

<https://roraimaemfoco.com/coronel-chagas-afirma-que-priorizara-seguranca-educacao-e-a-defesa-do-consumidor/>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site G1 ( <a href="https://g1.globo.com">https://g1.globo.com</a> )	Brasil	Notícias	31/01/2018

## Raposa Serra do Sol: índios produzem, mas faltam médicos e infraestrutura após 10 anos

Após saída de arroteiros, índios ocuparam fazendas com gado, mas ainda hoje sofrem com estradas precárias, falta de luz, água encanada e agora de médicos. Dez anos depois, governo Bolsonaro acentua tensão e índios temem novos conflitos.

Por Emily Costa, G1 RR — Raposa Serra do Sol  
31/01/2019 07h05 Atualizado há uma hora



Gabriel Souza, 44, e os filhos em fazenda 'herdada' após saída de não-índios da reserva  
Foto: Emily Costa/G1 RR

Cravada na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, voltou ao centro das atenções depois que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) falou em **rever a demarcação de 17 mil quilômetros**, concluída no governo Lula (PT).

- **[Veja imagens da reserva indígena Raposa Serra do Sol hoje](#)**

A declaração, mesmo com o **recoo ensaiado em seguida**, reacendeu um debate ainda recente da história indigenista no Brasil. Em 2009, os últimos não-índios da região, na maioria

arrozeiros e pecuaristas, deixavam a reserva após intensos conflitos e uma batalha judicial que terminou no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para mostrar como os índios vivem uma década após a desocupação e em meio à polêmica proposta, o G1 percorreu quase 500 KM dentro da área em uma viagem de três dias por oito comunidades indígenas.

### ***A Raposa Serra do Sol em 2019***



Raposa Serra do Sol tem 1,7 milhão de hectares — Foto: Emily Costa/G1 RR

Entrecortada por estradas de terra esburacadas e quase intrafegáveis, a Raposa Serra do Sol fica entre os municípios de **Uiramutã**, **Pacaraima** e **Normandia**. Ao todo, são mais de 25 mil índios distribuídos entre 222 comunidades das etnias macuxi, taurepang, patamona, ingaricó e wapichana.

Na maioria das aldeias não há energia elétrica ou água encanada. As poucas que possuem luz e água dependem de geradores de energia e bombas d'água, mas com custo e manutenção caras as máquinas nem sempre são acessíveis aos nativos.

A saída de cubanos do programa Mais Médicos também agravou a situação dos índios. Atendida pelo Distrito Sanitário Indígena Leste (Dsei-Leste), a área tinha os cubanos ocupando 90% do quadro de médicos e acabou desassistida com saída dos estrangeiros.

Por outro lado, livres para viver em toda a área - o que não acontecia antes da demarcação - os índios ocuparam fazendas deixadas por não-índios de maneira comunitária. Hoje apostam na criação de gado, que chega a 60 mil cabeças, no plantio de orgânicos e, mais recentemente, na piscicultura.



Maira Alexandre, 26, vive na Raposa há um ano: 'Sou índia de outra região do estado, me casei com um rapaz da Raposa e vim morar com ele. O que mais gosto daqui é da tranquilidade' — Foto: Emily Costa/G1 RR

Retirados da área, produtores tiveram de migrar para outras regiões do estado, mas mesmo passados dez anos ainda não recuperaram a produção de antes.

Arrozeiros que plantavam 22 mil hectares em 2008, agora plantam só 9 mil, uma queda notável para o estado que tem 46% do território ocupado por terras indígenas e depende de repasses do governo federal para se manter.

### ***Vida em fazendas 'herdadas'***

A menos de 200 KM de Boa Vista, a capital do estado com maior percentual indígena do Brasil, uma família de índios macuxi acabava de se mudar. Gabriel de Souza, de 44 anos, a mulher, filhos e neta foram designados para morar na fazenda "Vai ou Racha", na região do baixo Cotingo.

O local foi desocupado após a saída dos não-índios da área **determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF)** no histórico (e apertado) placar de 10 votos contra um em março de 2009.



Família de indígenas ocupa a fazenda 'Vai ou Racha' onde cria gado comunitário — Foto: Emily Costa/G1 RR

Na sede da fazenda, a família se dividiu entre os sete cômodos quase vazios da casa sem mobília ou eletrodomésticos. Não há energia elétrica, tampouco água encanada e o maior "tesouro" da família está no curral.

"Aqui temos 296 cabeças de gado. São da nossa comunidade [a aldeia Maturuca, a 150 quilômetros dali]", explica, enquanto maneja os animais. "Não se usa o banheiro da casa porque não tem água", diz a mulher Edirlene Marcela, 43. "Usamos um que tem fora [com buraco no chão] e para tomar banho vamos ao rio".

Perto dali, uma outra fazenda também foi reocupada. No local até havia água encanada, mas a bomba d'água quebrou há cerca de dois meses e a família não teve dinheiro para o conserto.

"Cobramos R\$ 2, 2 mil e, como não temos como pagar, ficamos sem. É ruim, mas o que podemos fazer?", diz Maria Elda dos Santos, de 52 anos.



Cacique Damasceno de Souza, 55: 'O presidente não pode reverter a raposa. A gente não tem medo disso. Vindo o que vier a gente vai defender' — Foto: Emily Costa/G1 RR

A fazenda foi uma das que foram palco de conflitos com a saída dos não-índios. Revoltado por se ver obrigado a deixar a área, anos atrás, o antigo proprietário levou tudo o que pode. Não foi o único e nem o mais radical.

Alguns dos ex-proprietários reduziram suas fazendas a escombros ao saírem da reserva. Um deles foi o ex-vice governador do estado Paulo Cesar Quartiero. Em 2008, ele foi preso pela Polícia Federal suspeito de orquestrar um atentado que deixou índios feridos.

"Foi uma briga imensa. O caseiro tirou curral, telas das janelas, mas ninguém questionou. A gente queria que liberassem a terra para a gente", relembra Damasceno de Souza, tuxaua (cacique) da aldeia Brilho do Sol, em Normandia.

**"Hoje está melhor. Podemos caçar, pescar, sair livremente. Não tem mais briga com fazendeiro".**

Ele explica que os animais são consumidos pela população indígena e, em menor escala, vendidos para custear necessidades coletivas como insumos agrícolas.



Índios em fazenda reocupada após desintrusão de não-índios na comunidade Brilho do Sol, a 115 KM de Boa Vista — Foto: Emily Costa/G1 RR

Em proporção bem menor que o gado, os índios mantêm ainda plantações espalhadas de grãos, frutas e verduras principalmente para subsistência dentro da Raposa.

Há cerca de três anos, eles também começaram a trabalhar com piscicultura em tanques construídos na reserva, mas o trabalho esbarrou na falta de incentivo.

"Quando a gente começou não tinha experiência com peixe. Não pesquisaram direito o local onde colocaram os tanques. Eu digo que a terra tem muito sal e os peixes não aguentam. Passamos mais de um ano jogando calcário, mas aí morreram todos os 20 milheiros. Agora temos 2 mil", diz Nenino Galé, 62, líder da comunidade Homologação onde vivem 20 famílias e há tanques de piscicultura.

"Hoje está faltando ração para o peixe e rede para tirá-los do tanque. A gente também 'cai' pelo transporte. É muito caro o frete aqui dentro. São R\$ 600, R\$ 700 o frete de um caminhão. A gente não tem esse dinheiro".

### **Falta de médicos**

Com a assistência médica já comprometida por um [\*\*incêndio no prédio do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste \(Dsei-Leste\) em Boa Vista\*\*](#), os índios agora sofrem com a falta de médicos na reserva.

Das 72 vagas abertas para substituir os médicos de Cuba que deixaram seus postos de trabalho no estado, 30 são em áreas indígenas, incluindo a Raposa Serra do Sol, e apenas cinco delas foram preenchidas por médicos brasileiros.



Posto de saúde na Raposa Serra do Sol ficou vazio após saída de médico cubano: 'hoje fazemos só básico, o pré-hospitalar', diz enfermeira — Foto: Emily Costa/G1 RR

“Os cubanos fazem falta. Muita”, diz uma funcionária que atua em uma unidade de saúde na Raposa Serra do Sol. O posto em que ela trabalha atende 1,4 mil índios de nove comunidades e está sem médico desde dezembro.

**“Agora a gente só faz o básico aqui. O pré-hospitalar. Se alguém precisa de ajuda mais específica tem que sair de carro. A cidade mais próxima fica a 1h30 e se for um idoso tem que ir devagar. É um risco”.**

Em outra comunidade, o mesmo problema.

"Atendemos principalmente casos de pneumonia, diarreia, infecções de pele e malária, mas sem médico aqui precisamos remover os pacientes mais graves para Boa Vista [a mais de 300 KM dali], o que gera atraso no diagnóstico e demora no tratamento", relata um enfermeiro.

### ***E os arroteiros?***

Dez anos depois de saírem da reserva, os arroteiros ainda relatam prejuízos com a desocupação e criticam a demarcação.

"Passaram-se dez e anos não se planta um metro de arroz lá dentro. Eu sei que eles têm outras produções, mas arroz que era o nosso projeto, não tem nenhum metro de arroz plantado ali", diz Genor Faccio, um dos rizicultores que foram obrigados a deixar a área. Ele diz que após a demarcação, a reserva "caiu no esquecimento" e hoje está abandonada.

**“O índio é tão capaz quanto nós, porém, ele precisa de incentivos e esses incentivos foram prometidos pelo governo federal na época. Só que se passaram dez anos e ninguém fez nada”.**

Isabel Itikawa, presidente do Sindicato dos Beneficiários de Grãos do estado de Roraima (Sindgrãos) diz ver como soberana a decisão do STF que demarcou a reserva, mas que concordaria em voltar a produzir na área se projetos defendidos por Bolsonaro como o arrendamento em áreas indígenas fosse colocado em prática na região.

"Hoje nós produzimos arroz em áreas fracionadas, porque não existe uma reunião de área aonde a gente possa investir e produzir em um lugar só. Então, se houver essa oportunidade, eu particularmente como produtora, não respondendo em nome do Sindgrãos, eu vejo como viável fazer um acordo entre o governo federal, entre a União e nós produtores".

### ***Nova ebulição***

As declarações sobre a questão indígena, o esvaziamento da Funai que **perdeu a atribuição de demarcar terras indígenas** e a **transferência do órgão** para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos estão entre os assuntos mais falados entre os índios da Raposa Serra do Sol. Até então, a fundação ficava sob o guarda-chuva do Ministério da Justiça.

Mas o tópico, **tema de assembleia que reuniu mais de 200 lideranças indígenas na reserva**, nem de longe, é tão polêmico quanto uma possível revisão da demarcação.



Lideranças indígenas debatem sobre o futuro da Raposa Serra do Sol, em Roraima — Foto: Emily Costa/ G1 RR

O subprocurador-geral da República Antonio Carlos Alpino Bigonha, que coordena no Ministério Público Federal (MPF) a área responsável pela questão indígena, **disse que é "impossível" juridicamente rever ou paralisar as demarcações indígenas no Brasil.**

O entendimento é o mesmo para Cleber Buzzato, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Na avaliação dele, "a Raposa Serra do Sol é uma questão que o governo indica ser bastante emblemática e apesar de ser muito difícil conseguir revertê-la, é possível que ele [governo] invista em outras estratégias".

**"Estão ocorrendo invasões possessórias e tomadas de terras indígenas como em Rondônia, Pará e Maranhão. São ações que, na nossa avaliação, estão acontecendo em decorrência do discurso anti-indígena que o governo tem adotado".**

Se entre juristas há consenso de que não é possível rever o território da Raposa, para os índios não é diferente.

"A Raposa Serra do Sol já é um direito constituído. Não vai ser o presidente que vai mudar isso. O STF já decidiu", disse a deputada federal eleita Joênia Wapichana (Rede) em discurso na assembleia entre lideranças da região.



Passados 10 anos, Raposa ainda tem marcas do conflito que ocorreu antes da saída de não-índios; na imagem o Centro Indígena de Formação e Cultura da Raposa Serra do Sol, na região do Surumu, alvo de atentado em 2005 — Foto: Emily Costa/G1 RR

Primeira mulher indígena a ocupar vaga na Câmara, a advogada teve votação expressiva entre os índios da Raposa Serra do Sol, cuja demarcação em área contínua foi defendida por ela junto ao STF. O processo transitou em julgado em setembro do ano passado.

"A Funai, por mais que fosse fraca, era um apoio aos povos indígenas por ser o único órgão indigenista federal. O presidente a retirou do Ministério da Justiça e a colocou na agricultura, ocupada por ruralistas. Como é que se coloca na mão dessas pessoas os direitos de povos mais vulneráveis?"

Lideranças indígenas da área também veem com preocupação o novo momento. Para eles, uma eventual mudança na demarcação reacenderia o "barril de pólvora" na região.

"Hoje o índio é o fazendeiro dessa área. Nós já éramos donos dessa terra. Nascemos e vamos morrer aqui. Não tem outro lugar de onde viemos", responde Valquir Paixão, líder da aldeia Anike, que tem 30 moradores, ao ser perguntado sobre o futuro da Raposa e continua: "Vindo o que vier a gente vai se defender".



Mais de 25 mil índios vivem hoje na área; eles são das etnias macuxi, taurepang, patamona, ingaricó e wapichana — Foto: Emily Costa/G1 RR

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/01/31/raposa-serra-do-sol-indios-produzem-mas-faltam-medicos-e-infraestrutura-apos-10-anos.ghtml>

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Brasil Econômico ( <a href="https://economia.ig.com.br">https://economia.ig.com.br</a> )	Brasil	Economia	31/01/2018

**Brasil**  
**Econômico**

## Malásia abre mercado e vai receber exportações de gado do Brasil

Em nota, ministérios disseram que decisão reforça a posição do Brasil como "um dos líderes mundiais na exportação de proteína animal". Confira



*Marcos Santos/USP Oline*

A Malásia decidiu, nesta terça-feira (29) abrir seu mercado para receber gado bovino vivo do Brasil

De acordo com as pastas, a decisão de receber os bovinos vivos foi tomada após "aprovação dos requisitos sanitários" por parte dos ministérios do Brasil e o Ministério da Agricultura e Agroindústria da **Malásia** .

Na nota, as pastas dizem que o governo do **Brasil** recebeu, "com satisfação", a notícia da abertura de mercado, e que a decisão "reforça a posição do Brasil como um dos líderes mundiais na **exportação** de proteína animal".

A publicação também reforça que o "país asiático tem mais de 30 milhões de habitantes e importa cerca de 80% da **carne bovina** que consome", comemorando a possibilidade de conseguir exportar uma quantidade considerada de **bovinos vivos** .

O atual ministro das Relações Exteriores também se manifestou. Em sua conta oficial no Twitter, ele disse que o acordo foi fechado "após muito trabalho da diplomacia comercial" e ressaltou que atende normas fitossanitárias e de produção exigidas pela Malásia. Confira a publicação:

O texto oficial do governo federal ainda afirmou que o País continuará negociando com a Malásia "a exportação de gado vivo para reprodução, bem como a expansão das habilitações para exportação de carne de aves e de carne bovina".

Enquanto Malásia abre comércio para o Brasil, Arábia Saudita suspende produtos

Maior importadora de carne de frango do Brasil, a Arábia Saudita suspendeu, na última terça-feira (22), as importações de 33 **frigoríficos** do Brasil. A decisão foi confirmada pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

De acordo com a ABPA, entre os 58 frigoríficos de carne de frango habilitados para exportar ao país, apenas 25 foram autorizados pela **Arábia Saudita** para continuar o processo. Entre os descredenciados, estão unidades da BRF e JBS, grandes empresas do setor.

Segundo o ex-secretário geral da **Liga Árabe** , Amr Moussa, a medida foi uma forma de retaliação à gestão de Bolsonaro, que propôs a [mudança da embaixada do Brasil](#) em Israel da cidade de Tel Aviv para Jerusalém. Ele declarou que "o [mundo árabe está enfurecido](#) " com o Brasil .

Assim como manteve contato para conseguir as novas relações com a Malásia, o governo brasileiro afirmou, em nota, que vai trabalhar para reestabelecer um melhor contato com a Arábia Saudita. "A ABPA está em contato com o governo Brasileiro para que, em tratativa com o Reino da Arábia Saudita, sejam solvidos os eventuais questionamentos e incluídas as demais plantas", diz a nota.

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Governo Federal ( <a href="http://www.brasil.gov.br">http://www.brasil.gov.br</a> )	Brasil	Economia	31/01/2018

## EMPREENDEDORISMO

# Número de cervejarias brasileiras cresce 23%

Ao todo, já são 889 fábricas do setor, com quase 17 mil produtos registrados em 2018

O Brasil já conta com 889 cervejarias registradas. O recorde foi alcançado após os expressivos resultados registrados pelo setor em 2018, quando 210 novas fábricas foram abertas, o que representa um crescimento de 23% em apenas um ano. Os dados são do [Anuário da Cerveja no Brasil](#), levantamento divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Ao todo, o País tem 16.968 produtos entre cervejas e chopes. Destes, 6,8 mil foram registrados no ano passado. Segundo o Ministério, o momento positivo do setor é resultado do aumento da procura dos brasileiros por bebidas especiais.

Atualmente, 479 municípios do País têm, pelo menos, uma cervejaria, o que representa quase 10% das cidades brasileiras. A liderança do ranking fica com Porto Alegre (RS), com 35 estabelecimentos. Na sequência, aparecem Nova Lima (MG), com 19, e Caxias do Sul (RS), com 16.

Na divisão por estados, o Rio Grande do Sul concentra o maior número de fábricas cervejeiras, 186. São Paulo (165) e Minas Gerais (115) completam o pódio.

Os procedimentos para registro de estabelecimentos e produtos [podem ser conferidos no site do Mapa](#).

Fonte: Governo do Brasil, com informações do [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento](#)

<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2019/01/numero-de-cervejarias-brasileiras-cresce-23>